

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX – Nº 1.684 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2003

Senado aprova limite para gastos com publicidade oficial

Objetivo da proposta votada em segundo turno é evitar “abusos propagandísticos” e favorecimento de grupos políticos, segundo seu autor, Roberto Saturnino. Plenário acolheu também indicações para embaixadas em três países



Genaldino Magalhães

Emenda constitucional que limita gastos com publicidade oficial foi aprovada ontem em segundo turno pelo Senado e segue agora para a Câmara dos Deputados. Ao reconhecer que os governos precisam da publicidade oficial para informar a população, o senador Roberto Saturnino, autor da proposta, afirmou que, com a mudança, pretende evitar “abusos propagandísticos” e favorecimento de determinados grupos políticos. O relator, José Agripino, chamou atenção para o grande número de ações que tramitam em tribunais contra o mau uso da propaganda oficial.

PÁGINA 3

Plenário aprovou também projeto que obriga indústria alimentícia a informar presença de glúten em seus produtos

Célio Azavedo



Jefferson (E), na CCJ, explicou que discordância entre o Código de Processo Penal e a Constituição retarda combate à criminalidade

Mudanças no Código de Processo Penal combatem o crime

Projeto do senador Jefferson Péres, aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, altera o Código de Processo Penal para melhorar as relações entre polícia, Ministério Público e Poder Judiciário.

PÁGINA 4

Gilberto Mestrinho preside a Comissão de Orçamento

PÁGINA 5



Mestrinho (ao microfone) afirma que um dos maiores desafios do governo é conciliar reformas prometidas com as leis orçamentárias

Subcomissão de Segurança debate exame criminológico

Os debatedores de ontem na Subcomissão Permanente de Segurança Pública posicionaram-se contra a supressão do exame criminológico como subsídio para que o Poder Judiciário possa conceder benefícios aos detentos.

PÁGINA 8

“Só a volta do crescimento reduzirá injustiças sociais”, diz Roseana

Em seu primeiro discurso na tribuna, a senadora Roseana Sarney afirmou que o Brasil precisa voltar a crescer, depois de uma década de frustração, com baixo crescimento econômico. Ela foi homenageada por 30 senadores.

PÁGINA 2

Roseana defende crescimento como solução para desigualdades sociais

Senadora lembra “brutal processo” utilizado pelo “aparelho estatal” que a afastou da disputa pela Presidência e afirma que será intransigente com a corrupção e a falta de ética

Em seu primeiro discurso da tribuna, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) afirmou, ontem, que o Brasil precisa voltar a crescer, depois de uma década de frustração, com baixo desenvolvimento econômico, tendência de concentração de renda e reduzido poder de compra dos assalariados. Ela apoiou o Programa Primeiro Emprego do governo Luiz Inácio Lula da Silva, lembrando que foi pioneira ao implantar projeto idêntico quando governava o Maranhão.

— O maior desafio do Brasil é voltar a crescer. E crescer é o melhor caminho para atacar os problemas sociais — sustentou. Roseana informou que dados do Instituto Brasileiro de Ge-



Roseana Sarney diz que foi pioneira ao implantar, no Maranhão, programa idêntico ao Primeiro Emprego

ografia e Estatística (IBGE) comprovam que foi o seu estado que mais combateu nos últimos anos a

pobreza, embora seus índices sociais ainda sejam baixos.

Depois de garantir todo apoio às reformas constitucionais do governo Lula, Roseana observou que 3,6 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 24 anos estão procurando emprego. Eles representam a metade dos desempregados de todo o Brasil, acentuou.

A senadora lembrou o “brutal processo” de injustiça utilizado pelo “aparelho estatal” para afastá-la da disputa à Presidência da República, no ano passado e disse que reinicia no Senado “o bom combate da

vida parlamentar”, agora “mais consciente do que nunca” de que se deve “ser severo e intransigen-

te” com o crime, a corrupção, a falta de ética, a tortura, e a indignidade na política.

— O mal que a injustiça causa nas pessoas não comporta reparação, não tem volta, não tem alívio, não tem perdão. É indigna, é imoral, é terrorista, é mais grave que a tortura, porque esta atinge o corpo, aquela, a alma. O dano físico pode desaparecer, mas a injustiça não desaparece nunca — observou.

Roseana agradeceu ao povo brasileiro pelos 27% de intenção de voto que obteve em maio do ano passado, como candidata à Presidência da República. Disse ainda que seria injusta se não mencionasse o orgulho que tem de seu pai, José Sarney, presidente do Senado, que dirigiu a sessão.

— Esta talvez tenha sido uma das sessões mais difíceis que presidi — afirmou Sarney, emocionado.

Ex-governadora é homenageada em apartes por 30 senadores

Durante seu pronunciamento, Roseana Sarney foi homenageada por 30 senadores, que, em apartes, destacaram sua correção e experiência na vida pública. Muitos lamentaram que ela tenha desistido da candidatura à Presidência da República, enquanto outros exaltaram a sua atuação no cenário político nacional e maranhense, e mencionaram a relação de amor, orgulho e cumplicidade entre ela e o pai, o presidente do Senado, José Sarney.

— Esta Casa se engrandece com sua presença e rejubila sua prova de coragem e competência — declarou o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), ao iniciar a série de apartes.

Em seguida, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse ter compartilhado do “sentimento de injustiça” vivido pela ex-governadora maranhense durante a campanha eleitoral, agradecendo o apoio dela recebido em momento difícil da sua vida política. Já a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) lembrou a grande torcida que se levantou no país em prol de Roseana na Presidência da República.

Na condição de “correligionário e amigo”, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comparou a candidatura presidencial de Roseana a um “facho de esperança para mulheres e homens do país”.

— Vossa Excelência era a figura doce que o Brasil parecia querer

— afirmou o líder do PFL, José Agripino (RN).

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) assinalou o espírito público da senadora e a sua “energia para vencer obstáculos”, enquanto o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse confiar em sua “coragem pessoal e capacidade de servir ao Maranhão e ao Brasil”.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) manifestou sua admiração pela coragem da ex-governadora em implementar uma reforma administrativa no estado; o senador Fernando Bezerra (PTB-RN) afirmou confiar no esforço de Roseana para impulsionar o desenvolvimento do Nordeste; e o senador Pedro Simon

(PMDB-RS) elogiou sua atuação em defesa de questões sociais.

As homenagens prosseguiram em apartes dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marco Maciel (PFL-PE), Ramez Tebet (PMDB-MS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Efraim Morais (PFL-PB), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Heráclito Fortes (PFL-PI), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Almeida Lima (PDT-SE), Valmir Amaral (PMDB-DF), Patrícia Saboya (PPS-CE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Hélio Costa (PMDB-MG), José Maranhão (PMDB-PB), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Duciomar Costa (PTB-PA), Renan Calheiros (PMDB-AL), José Jorge (PFL-PE), Romeu Tuma (PFL-SP) e Mão Santa (PMDB-PI).



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 24 DE ABRIL DE 2003

Presidente
José Sarney

11h30 — Recebe o embaixador de Portugal, Antonio Franco
12h — Recebe os deputados Willian Jefferson e Phil English, dos Estados Unidos
14h15 — Recebe o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos
14h30 — Sessão com a presença do ministro da Justiça

PLENÁRIO

14h30 — Comparecimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a fim de prestar esclarecimentos acerca da violência urbana e descriminalização de drogas

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS nº 166/02, altera a Lei nº 7.998/90, para estender aos beneficiários do seguro-desemprego a concessão de vale-transporte; PLS nº 154/02, altera o artigo 143 da Lei nº 8.213/91, para dispor sobre a concessão de aposentadoria por idade de trabalhadores rurais e segurados especiais; PLS nº 217/02, altera o parágrafo 1º do artigo 841 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Pauta: Mensagem nº 79/03, submete à apreciação do Senado o nome de Antônio Mota Filho para exercer o cargo de diretor da Infra-Estrutura Terrestre do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT); Mensagem nº 80/03, submete à apreciação do Senado o nome de José Antônio Silva Coutinho para exercer o cargo de diretor-geral do DNIT; Mensagem nº 81/03, submete à apreciação do Senado o nome de Ricardo José Santa Cecília Corrêa para exercer o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT; entre outras matérias. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: mensagem submetendo ao Senado indicações dos seguintes diplomatas: Sérgio Silva Amaral, para embaixador na França; Ricardo Luiz Viana de Carvalho para, cumulativamente com a função de embaixador no Suriname, exercer o mesmo cargo em Santa Lúcia; Tomaz Maurício Guggenheim para, cumulativamente com o cargo de embaixador no Gabão, exercer a mesma função em São Tomé e Príncipe; Requerimento nº 10/03, de voto de censura ao governo de Cuba por flagrantes violações aos direitos humanos no julgamento do dissidente Hector Palácios e dos jornalistas Ricardo Gonzáles e Raúl Rivero. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

10h — Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação Social e Informática
Pauta: requerimentos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luis Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shlessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Morais, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário acolhe indicação de nomes para embaixadas

O Plenário do Senado aprovou ontem os nomes dos diplomatas indicados pelo governo para o cargo de embaixador na Rússia, Carlos Augusto Rego Santos Neves; na Coreia do Sul, Pedro Paulo Pinto Assumpção; e no Panamá, Luis Tupy Caldas de Moura.

Foi aprovado também o projeto de lei complementar, de autoria de Ramez Tebet (PMDB-MS), que estabelece a obrigatoriedade de que a União execute ações de redução das desigualdades regionais e de integração de regiões em desenvolvimento, em cooperação com estados, municípios e empresas privadas. O projeto de lei regulamenta o artigo 43 da Constituição.

O projeto determina que as ações visarão ao desenvolvimento de potencialidades locais, o crescimento da renda e do emprego, além da cooperação dos estados. A matéria seguirá para a Câmara dos Deputados.

Também foi aprovado o projeto de lei que estabelece o Distrito Federal como sede do Conselho Federal de Medicina, e dá ao órgão o prazo de 90 dias para criação do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Distrito Federal. O autor do projeto argumenta que o aumento do número de veterinários e de escolas de formação de veterinários no Distrito Federal justifica a instalação de conselho regional.

O Senado também aprovou parecer da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) favorável a que o Rio Grande do Sul renegocie dívidas de parcelas de precatórios judiciais que venceram em 15 de maio e em 15 de novembro de 2001. O estado não pôde renegociar essas dívidas devido a recomendação da CPI dos Precatórios. Como nenhuma irregularidade foi encontrada contra o Rio Grande do Sul pela CPI, o estado requereu agora a rolagem daquela dívida.



Subcomissão presidida por Ana Júlia (E) decidiu visitar municípios de Parauapebas e Canaã dos Carajás, onde se exploram o ferro e o cobre

Extração mineral leva senadores ao Pará

A primeira viagem da Subcomissão Temporária de Extração Mineral foi marcada para o dia 9 de maio. Os integrantes da subcomissão visitarão os municípios paraenses de Parauapebas, onde há extração de ferro, e de Canaã dos Carajás, que tem exploração de cobre. Na reunião de ontem, os parlamentares aprovaram a pauta de trabalhos a serem seguidos pelo colegiado, cujo principal objetivo é apresentar projeto de lei que torne mais justa a compensação financeira de extração mineral paga aos municípios onde se desenvolve a atividade.

Além das viagens já agendadas, a subcomissão, presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), visitará também Itabira (MG), Araxá (MG) e a Serra do Navio (AP). Outra linha de trabalho do órgão

será a de ouvir representantes de empresas, universidades, entidades que estudam o tema, garimpeiros e governos municipais e estaduais, além de instituições do governo federal.

Durante a discussão da pauta, o senador Aelton Freitas (PL-MG) pediu a inclusão de Araxá na lista de lugares a serem visitados, lembrando ser esse município mineiro responsável por 94% da extração nacional de nióbio e que o Brasil responde por 90% da extração mundial desse mineral. João Ribeiro (PFL-TO) apoiou a pauta apresentada e defendeu a revisão da legislação.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que já foi ministro de Minas e Energia, lamentou a pouca importância que a sociedade brasileira dá à extração mineral.

Aprovado limite de gastos com publicidade oficial

Proposta que vai ao exame da Câmara visa evitar abusos de natureza propagandística e favorecimento de grupos políticos

O Senado deu ontem um importante passo no sentido de impor limites aos gastos dos governantes com publicidade oficial. O Plenário aprovou proposta de emenda à Constituição (PEC) de autoria do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que fixa limites, a serem estabelecidos em leis específicas, para despesas com publicidade de obras governamentais. Para tornar-se lei, a PEC precisa ainda ser aprovada em dois turnos na Câmara dos Deputados.

— Os governos precisam da publicidade oficial para informar a população, mas os gastos devem ter caráter educativo e limites para evitar abusos de natureza propagandística ou, o que é menos ético ainda, favorecer determinados grupos políticos — afirmou Saturnino.

Pelo texto, também serão fi-



Roberto Saturnino é autor da proposta, que foi aprovada por 60 senadores

xados os gastos com propaganda nos contratos de gestão celebrados entre estatais e o governo. Uma mudança importante que a proposta faz é ampliar o alcance da limitação dos gastos às propagandas de quaisquer órgãos da administração pública — a legislação atual refere-se apenas a órgãos públicos, dando margem à interpretação de que a proibição só vale para a administração direta.

O relator da proposta, senador

José Agripino (PFL-RN), chamou atenção para o grande número de ações tramitando no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nos Tribunais Regionais Eleitorais em torno de abusos em propaganda oficial.

— A proposta é oportuna porque vai balizar um fato que está gerando abuso e muitas demandas judiciais — afirmou.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Tião Viana (PT-AC) manifestaram apoio à proposta. A PEC, disse Tião Viana, fortalece a tese do ajuste da gestão pública. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), elogiou a iniciativa.

A proposta recebeu 60 votos favoráveis e apenas dois contrários — dos senadores Hélio Costa (PMDB-MG) e Luiz Otávio (PMDB-PA). O representante do Pará argumentou que o Legislativo tem interferido demasiadamente nas incumbências do Executivo.

Alimento deve informar se contém glúten

A indústria alimentícia será obrigada a informar a presença de glúten em seus produtos. O Senado aprovou ontem projeto nesse sentido, oriundo da Câmara dos Deputados. A matéria segue agora para sanção presidencial.

O objetivo da proposta é prevenir a doença celíaca, ou síndrome de intolerância ao glúten, mal que afeta centenas de milhares de brasileiros. Em determinadas pessoas o glúten agride e danifica o intestino delgado, prejudicando a

absorção dos alimentos. A doença se manifesta entre o primeiro e terceiro ano de vida e tem como sintomas a diarreia crônica, a desnutrição com déficit de crescimento e a anemia ferropriva não curável, além de provocar emagrecimento e falta de apetite. Nos adultos, se não tratada, pode levar ao câncer do intestino e osteoporose precoce.

Pelo projeto, todos os alimentos industrializados deverão conter em seu rótulo e bula as inscri-

ções “contém glúten” ou “não contém glúten”. A advertência deve ser impressa nos rótulos e embalagens, cartazes e materiais de divulgação do produto em letras com destaque, de forma nítida e de fácil leitura. A indústria terá o prazo de um ano para se adequar às novas normas.

O Plenário também aprovou projeto que institui o Dia Nacional da Água, a ser comemorado todo 22 de março. O projeto vai à sanção presidencial.

Desapropriação rural tem debate adiado

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) disse que o projeto que muda as regras para a desapropriação rural fere o direito à propriedade, estabelecido na Constituição. O senador discursou ontem antes de o Plenário decidir pelo adiamento da discussão do projeto, que volta à pauta no dia 14 de maio.

Para ele, o projeto fere o princípio da equidade que deve estar presente na legislação, ao impor regras diferentes para a indenização por desapropriação de imóvel rural daquelas praticadas nas demais desapropriações feitas

pelo poder público.

Juvêncio também criticou o fato de o projeto, de autoria do ex-senador Ademir Andrade, já aprovado nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), excluir dos cálculos da indenização as benfeitorias feitas pelos proprietários.

O projeto ainda retira a possibilidade de indenizar a cobertura florística (floresta existente na fazenda). O valor da indenização deverá ser corrigido monetariamente, contado da data da perícia, mas não haverá juros com-



Juvêncio da Fonseca afirma que projeto fere o direito à propriedade

pensatórios. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) também criticou a proposta, que, segundo ele, é inconstitucional.

Comissão aprova projeto que melhora relações entre polícia, MP e Judiciário

Proposta de Jefferson Péres ajusta Código de Processo Penal à Constituição, visando diminuir falhas e atrasos que acabam frustrando as ações de combate à criminalidade

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem, por unanimidade e em caráter terminativo, projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que altera o Código de Processo Penal (CPP) para adequá-lo à Constituição no que diz respeito às relações entre a polícia judiciária (civil), o Ministério Público e a autoridade judiciária.

Jefferson explicou que as discordâncias entre o código e o que dispõe a Constituição têm causado "desnecessários atrasos e falhas processuais, além de conflitos de competência entre o Mi-

nistério Público e a autoridade policial, que são, em muito, responsáveis pela frustração de ações de combate ao crime. Segundo Jefferson, a inspiração para elaboração da proposta partiu de membros do Ministério Público.

Uma das alterações estabelece que a autoridade policial deverá fornecer à Justiça e ao MP as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos. Outra medida define que também o MP poderá requerer qualquer diligência que interessar ao esclarecimento do processo. Pela lei atual, a autorização para tal diligência cabe apenas à autori-



Jefferson: discordâncias entre código e Constituição causam atrasos e falhas processuais

dade policial.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o projeto corrige distorções, ao inserir precei-

tos constantes da Constituição no CPP, e evitará novas ações no Judiciário. Ele também elogiou o parecer favorável do relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS).

A CCJ também aprovou parecer favorável de César Borges (PFL-BA) a requerimento de Alvaro Dias (PDT-PR) e de outros senadores, solicitando ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, a remessa do relatório final do Banco Central sobre as causas que levaram ao saneamento financeiro, intervenção e à posterior privatização do Banestado, do Paraná, adquirido pelo Banco Itaú em 2000.

Mudança no Código Eleitoral amplia defesa

A CCJ também aprovou ontem relatório do senador César Borges (PFL-BA) favorável ao projeto de lei da Câmara que torna obrigatório o depoimento pessoal do acusado no processo penal eleitoral. Segundo a proposta, que ainda será analisada em Plenário, uma vez recebida denúncia, o juiz eleitoral designará dia e hora para o depoimento do acusado, com a devida notificação do Ministério Público.

Atualmente, o infrator tem dez dias para contestar a denúncia, com a possibilidade de apresentar documentos e arrolar testemunhas. A proposta altera o Código Eleitoral, de 1965, e adapta a legislação à Constituição de 1988, que assegura ampla defesa ao acusado. Para Demostenes Torres (PFL-GO), o projeto também equipara o Código Eleitoral ao Código de Processo Penal, que contempla a exigência do interrogatório do réu. Para ele, não há por que o processo penal eleitoral ser tratado com excepcionalidade.



Relator, César Borges disse que projeto adapta Código Eleitoral, de 1965, à Constituição de 88

Agressão a mulher terá que ser notificada

Na mesma reunião, a CCJ aprovou parecer do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), favorável ao projeto de lei da Câmara que determina a notificação compulsória pelos serviços públicos de saúde, públicos ou privados, de casos de violência contra a mulher.

A proposta define a violência contra a mulher como "qualquer ação de que resulte morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público ou privado". O projeto ainda deverá ser analisado pelos senadores em Plenário e, caso não haja alterações, estará pronto para a sanção presi-

dencial.

Pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) aponta que 23% das brasileiras estão sujeitas a agressões de maridos, pais, irmãos e filhos.

A proposta também estabelece condições para facilitar a notificação de casos de violência contra a mulher.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) apoiou a proposta, lembrando os diversos casos em que, covardemente, mulheres são agredidas e carregam seqüelas dessas agressões.

A CCJ aprovou ainda parecer



Valadares deu parecer favorável ao projeto da Câmara

Fotos: Rosevelt Pinheiro

favorável da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ao projeto de lei da Câmara que determina que casos de distúrbios nutricionais devem ser objeto de vigilância epidemiológica pelas autoridades responsáveis

pela saúde pública. Os distúrbios abrangem a desnutrição, a deficiência de vitamina A, os distúrbios por deficiência de iodo, o sobrepeso, a obesidade e a anemia por insuficiência de ferro, que atinge 50% das crianças até cinco anos.

Divórcio no exterior pode ficar mais fácil

A partir de relatório de Pedro Simon (PMDB-RS), a CCJ aprovou ontem parecer favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC) de Alvaro Dias (PDT-PR) que transfere do Supremo Tribunal Federal (STF) para a primeira instância judiciária a



Alvaro Dias quer reduzir custos dos processos

sentença estrangeira relativa a separação judicial e a divórcio. A PEC segue para exame dos senadores em Plenário.

Atualmente, a Constituição determina que o STF é responsável pela homologação de qualquer

sentença judicial estrangeira. Essa determinação obriga as partes a se deslocar para Brasília e contratar advogados que trabalham nas instâncias superiores, geralmente muito caros. O senador Demostenes Torres (PFL-GO) elogiou a iniciativa e lembrou que a proposta de reforma do Judiciário, como está redigida, não resolve o problema, já que transfere a competência do STF para o Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Pedido de vista de Aloizio Mercadante (PT-SP) adiou para

a próxima semana a análise da PEC da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que inscreve na Constituição o direito de mães adotivas à licença-maternidade. O senador anunciou que vai analisar a possibilidade de estender a licença-paternidade aos pais de filhos adotivos. A relatora Serys Slhessarenko (PT-MT), os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Tião Viana (PT-AC) e o presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), ponderaram que a Lei nº 10.421, de 2002, já assegurou o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade para as mães adotivas.

Proposta garante creche gratuita para aluno especial

As escolas e creches públicas e privadas — que tenham mais de 200 alunos — poderão ser obrigadas a reservar percentual mínimo de vagas para as crianças portadoras de necessidades especiais e também a providenciar profissionais devidamente habilitados para atendê-las. De autoria da senadora licenciada Maria do Carmo Alves (PFL-SE), a proposta recebeu ontem parecer favorável da CCJ e agora será votada em Plenário.

De acordo com o projeto, o poder público deverá reservar, no mínimo, 10% das vagas para essas crianças, enquanto os estabelecimentos privados atingidos deverão ter uma reserva de 5% de suas vagas para tal fim. O projeto original previa a aplicação do dispositivo apenas para as creches, mas o relator, Marcelo Crivella (PL-RJ), incluiu também as escolas neste rol.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou a iniciativa, dizendo que não se pode privar as crianças portadoras de deficiência do acesso ao ensino público. Ele alertou, porém, para a necessidade de os parlamentares sugerirem medidas novas nos setores básicos, como saúde, educação e infra-estrutura.

Soldados da borracha ganham abono anual

A CCJ aprovou na reunião de ontem relatório do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) favorável à PEC do ex-senador Chico Sartori que concede abono anual aos seringueiros nordestinos recrutados para trabalhar em seringais da Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial. Para receber o benefício, no mesmo valor da pensão vitalícia de dois salários mínimos recebida pelos chamados "soldados da borracha", esses trabalhadores devem comprovar que são carentes. A matéria segue para análise do Plenário.

Além do relator, diversos senadores elogiaram a aprovação do projeto. Para o líder do PT, senador Tião Viana (AC), a CCJ praticou um "grande gesto de solidariedade e inclusão social". Na opinião de Jefferson Péres (PDT-AM), eles deram uma contribuição dramática para o esforço de guerra dos aliados. João Capiberibe (PSB-AP) destacou que "a borracha escreveu uma longa página da história do Brasil" e Luiz Otávio (PMDB-PA) parabenizou a liderança do governo pela sensibilidade ao dar o parecer favorável "à justa proposta de Sartori".

Mestrinho vai presidir Comissão de Orçamento

Senador foi eleito ontem, com mandato de um ano. Segundo ele, um dos maiores desafios do governo nessa área será conciliar as reformas prometidas pelo presidente Lula com as leis orçamentárias

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) foi eleito ontem presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), com mandato de um ano. Esta é a segunda vez que ele ocupa o cargo – a primeira foi em 1999.

A presidência da comissão e as relatorias do Orçamento da União, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) são divididas entre os partidos que têm o maior número de deputados e senadores. Mestrinho substituiu o deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA).

Pela primeira vez o PT, agora detentor do maior número de deputados, assumirá o cargo mais disputado na área orçamentária – a relatoria do Orçamento da União para 2004. Para o cargo, foi indica-



Mestrinho (com o deputado Pauderney Avelino) preside pela segunda vez a CMO

do pela direção do partido o deputado Jorge Bittar (RJ), a quem caberá negociar no Congresso o primeiro Orçamento a ser feito pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Ficou ainda acertado na Comissão Mista de Orçamento que também caberão ao PT as relatorias da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2004, que chegou ao Congresso na semana passada, e do

Plano Plurianual, a ser enviado ao Congresso neste semestre – o PPA estabelece as prioridades do governo federal para os quatro anos seguintes. Os nomes desses dois relatores ainda não foram decididos.

Na primeira entrevista depois de eleito presidente da comissão, Gilberto Mestrinho afirmou que um dos maiores desafios do governo nessa área será conciliar as reformas prometidas pelo presidente Lula com as leis orçamentárias.

Já o futuro relator do Orçamento de 2004, Jorge Bittar, informou que pretende propor algumas modificações em relação às emendas que os deputados e senadores podem fazer à Lei do Orçamento, tentando evitar que elas sejam afetadas por contingenciamentos do Executivo.

A Comissão de Orçamento tem 64 deputados e 22 senadores titulares e igual número de suplentes.

Roque de Sá

Capiberibe quer facilitar uso de recursos para saneamento

O senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs ontem que o governo federal flexibilize o limite de endividamento do setor público na área de desenvolvimento urbano – saneamento, transporte e habitação. Embora o Brasil necessite de 6 milhões de novas casas para atender pessoas que moram em condições subumanas, afirmou ele, o rigor no limite desse endividamento vem impedindo que estados e municípios tenham acesso aos recursos disponíveis para investimentos no setor.

– Dados do próprio Palácio do Planalto revelam que, no ano passado, a Caixa Econômica Federal

tinha contratado, para saneamento e estrutura, R\$ 262 milhões. No final do ano, só tinham sido gastos R\$ 19 milhões. Por que se fez tão pouco? – perguntou João Capiberibe.

A preocupação do senador se deve à anunciada contratação de financiamento entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 167 milhões. Esses recursos se destinam, “em tese”, à melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de serviço de esgoto em municípios de população entre 15 mil e 75 mil habitantes. A própria



Capiberibe pede limite de endividamento mais flexível

Caixa, informou Capiberibe, conta com R\$ 1,4 bilhão para aplicar em saneamento.

No entanto, segundo ele, o uso dos recursos esbarra no limite de endividamento imposto ao setor público. Hoje, esse limite, no que se refere ao desenvolvimento urbano, resume-se a R\$ 200 milhões. Dessa forma, prosseguiu Capiberibe, apesar de existirem recursos, os municípios e mesmo os estados se vêem impedidos de acessá-los. Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), manifestou seu apoio ao discurso de Capiberibe.

Roosevelt Pinheiro

Motta destaca visita de Lula ao Espírito Santo

O senador João Batista Motta (PPS-ES) agradeceu a visita do presidente Lula ao Espírito Santo, para assinar convênio de R\$ 50 milhões destinados ao combate à violência urbana.

– Uma página na história do estado foi virada com a visita do presidente, a primeira em 14 anos – frisou.



João Batista Motta: visita de Lula “vira uma página na história”

Motta disse que a violência urbana no Espírito Santo representa um desafio para as autoridades, mas observou que “o pulso firme” do governador Paulo Hartung e dos novos comandantes das polícias está dando os

primeiros resultados, e o crime organizado começa a ser dobrado.

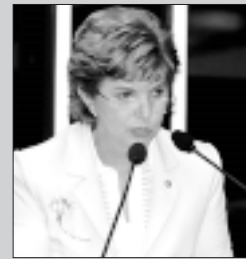
Roosevelt Pinheiro

Lúcia Vânia cobra verba para erradicar o trabalho infantil

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) protestou ontem contra a suspensão, desde janeiro, do repasse de recursos do Ministério da Ação Social para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) em 30% das cidades de Pernambuco. Ela

disse ter notícias de casos semelhantes no Distrito Federal e em Goiás. O protesto da senadora foi baseado em reportagem do *Jornal Nacional* e em matéria do jornal *Folha de S. Paulo*.

– A interrupção do programa causa indignação porque compromete um esforço contínuo para erradicar o trabalho infantil. E, o que é mais grave, atinge um estado símbolo da luta contra a exploração do menor, Pernambuco, em cujos canaviais o Peti foi implantado com sucesso em 1996.



Lúcia Vânia diz que interrupção compromete esforço de oito anos

Lúcia Vânia lembrou que o Peti passou em 1999 por avaliação do Banco Mundial, que reconheceu entre suas qualidades a previsão de ações de atenção integral ao jovem e a reposição da perda de renda que a família tem com a

retirada da criança da produção. Ela citou diversas ações bem sucedidas do Peti, como a retirada de crianças do garimpo em Ariqueemes, Rondônia.

– Sabemos que não existem soluções mágicas para eliminar carências e exclusões, mas cada decisão contribui para superar dificuldades. A omissão nesses casos significa correr risco de retrocesso. Espero que o Ministério da Ação Social não cometa esse erro com mais de 800 mil crianças e jovens.

Roosevelt Pinheiro

Iris propõe estímulo a quem empregar maior de 45 anos

Projeto apresentado ontem pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) estabelece a concessão de incentivos aos empregadores que contratarem trabalhadores com idade acima de 45 anos. Entre os estímulos previstos na proposta estão a redu-



Iris de Araújo lamenta exclusão do trabalhador de mais de 45 anos

ção, a 75% do valor vigente em 1º de janeiro de 2001, das alíquotas das contribuições sociais ao chamado complexo S – Serviços Sociais da Indústria (Sesi), do Comércio (Sesc) etc. –, ao salário-educação e ao financiamento do seguro de acidente de trabalho.

O projeto determina ainda redução, de 8% para 2%, da alíquota da contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Para que os incentivos não prejudiquem a contratação de jovens, Iris de Araújo propõe que os benefícios só sejam conce-

ditos se a contratação de pessoas de meia-idade representar acréscimo no quadro de empregados e na folha salarial da empresa.

– Vivemos o drama da exclusão social, da falta de reconhecimento do valor da pessoa idosa.

Essa marginalização do idoso encontra uma de suas manifestações mais claras no impedimento de sua permanência no mundo do trabalho – justificou.

A senadora acrescentou que, ao ser excluído da produção, o idoso acaba também excluído dos processos de decisão da sociedade. Em defesa da capacidade do idoso, ela disse que pesquisas da Organização Mundial da Saúde indicam que trabalhadores com mais idade têm taxas de produtividade similares às de pessoas mais jovens em tarefas que exigem atenção contínua.

Roosevelt Pinheiro

Sarney discute reformas com Dirceu e líderes partidários

Ministro-chefe da Casa Civil informou que o governo já iniciou as conversações com os partidos para garantir a aprovação das mudanças

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o presidente nacional do PT, José Genoíno, e os líderes do PMDB na Câmara e no Senado, deputado Eunício Oliveira (CE) e senador Renan Calheiros (AL). José Dirceu disse que conversou sobre as reformas tributária e previdenciária, cujos projetos o governo mandará até o fim do mês ao Congresso.

— Hoje, tivemos uma reunião na Casa Civil com os líderes do governo e com os líderes da base aliada. Estamos fazendo um processo de discussão com os partidos, deputados e senadores sobre as duas reformas. É uma incumbên-



José Dirceu: diálogo acabará com a resistência de setores do PT às propostas

cia que recebemos do presidente da República depois da reunião com os governadores — afirmou.

Sobre resistências dentro do PT a mudanças na Previdência, ele disse que o governo lidará com a questão dialogando. O ministro esclareceu que a posição do gover-

no sobre a Previdência já foi expressa pelo ministro Ricardo Berzoini e está explícita no documento que o governo firmou com os 27 governadores.

Dirceu assegurou que o processo em tramitação no Conselho de Ética contra o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) não interferirá na votação das reformas previdenciária e tributária. “São fatos absolutamente separados”, declarou.

Sobre os entendimentos para atrair o PMDB à base de sustentação, o ministro afirmou que o diálogo está avançando e lembrou que os governadores peemedebistas apoiaram a proposta que o presidente Lula apresentou para as reformas.

Virgílio cobra consenso da base governista

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), cobrou unidade da base parlamentar de apoio ao governo Lula em torno das reformas tributária e previdenciária. Embora afirme que seu partido está “às ordens” para debater e aperfeiçoar as propostas governistas, o senador tucano condiciona um virtual apoio a essas mudanças à unificação do discurso favorável às reformas dentro do PT.

Ao registrar a cobrança, Arthur Virgílio disse não estar se referin-

do a dissidentes, mas a lideranças petistas. Seu comentário dirigiu-se, inicialmente, ao líder do PT na Câmara, deputado Nelson Pellegrino (BA), que estaria contra a taxação previdenciária dos servidores inativos. Acrescentou, em seguida, que o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha (SP), “também não teria demonstrado entusiasmo nisso”.

— Vamos conversar sobre as reformas quando houver unanimidade na base aliada — informou Arthur Virgílio, exigindo um “jogo



Virgílio: PSDB só apóia propostas se governistas unificarem o discurso

franco”, e não uma “armadilha”. Na reforma da Previdência realizada em 1998, o senador lembrou que a militância do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) impediu a aprovação de muitas medidas defendidas hoje pelo governo, como a cobrança dos inativos. Ele apelou para que o governo Lula cumpra com “eficiência e pragmatismo” suas propostas e resolva as dúvidas existentes em “sua própria casa”.

Heloísa repudia ameaças de expulsão do PT

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) assegurou ontem que “não adiantam as ameaças públicas” para que ela ceda em suas convicções. Com a declaração — “porque o silêncio não dá frutos” —, ela respondeu a notícias sobre afirmações do presidente do PT, José Genoíno, de que os petistas



Heloísa disse que é “absolutamente favorável à reforma do Estado”

que votarem contra a cobrança dos inativos e outros itens da reforma da Previdência serão expul-

sos do partido.

Heloísa Helena disse que é “absolutamente favorável à reforma do Estado”. Conforme ela, o Estado brasileiro “sempre foi parasitado pela elite político-econômica decadente, cínica, que nunca

fez nada”.

Mas “há reformas e reformas”, acentuou a senadora, observando que a necessária reforma do

Estado pode ser feita à luz dos interesses do capital ou do mundo do trabalho. Ela anunciou que voltará à tribuna para falar sobre a reforma da Previdência.

Heloísa ressaltou que alguns aspectos da proposta do governo para a reforma previdenciária “reproduzem a velha e mentirosa cantilena do rombo da seguridade”. Ela se referiu à cobrança dos inativos que, acrescentou, recebem “supersalários” de R\$ 1.050 e têm de pagar R\$ 600 para o plano de saúde. “É evidente que nesse tipo de reforma eu não voto.”

Suplicy quer renda mínima para todos os brasileiros

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender a adoção de um programa de renda básica de cidadania destinado a todos os brasileiros, sem necessidade de comprovação de rendimentos. A proposta, aprovada no Senado em 2002, tem entrada em vigor prevista para 2005 e está em tramitação na Câmara.

Entre as vantagens do programa, ele citou a diminuição da burocracia e dos gastos com fiscalização, uma vez que a renda seria paga a todos, independentemente de origem, idade e condição social ou econômica. Com isso, afirmou, o estigma de se declarar pobre seria eliminado.

O senador minimizou as críticas mais frequentes à sua proposta, dizendo que “os preguiçosos de uma sociedade são poucos” e que a adoção da renda mínima gerará empregos e crescimento da economia, num segundo momento.

Suplicy lembrou que o programa de renda mínima para todos



Conforme Suplicy, programa gerará empregos e crescimento

foi adotado no Alasca, estado norte-americano, em 1980, à época com 300 mil habitantes. Ao longo dos anos, o Alasca tornou-se o estado mais igualitário do país. Hoje são 626 mil habitantes, que, em 2002, receberam individualmente US\$ 1.550.

FHC

O senador criticou as 15 ações de transferência de renda e auxílio a setores carentes da população em vigor durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Conforme disse, os cadastros apresentavam sobreposição de nomes e deixavam de fora muitos deles.

Para Suplicy, o programa Fome Zero será bem melhor, pois visa fornecer quantidade, qualidade e regularidade de alimentos a todos os brasileiros que recebem menos de US\$ 1 por dia. O parlamentar citou palavras do coordenador do programa, José Graziano, explicando que o Fome Zero visa combater a fome e atacar as causas da exclusão.

João Alberto resalta a trajetória política de Sarney

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) parabenizou o presidente do Senado, José Sarney, pelo seu aniversário, comemorado hoje. João Alberto lembrou a trajetória política de Sarney e sua luta pela cultura. Ele recordou que, ao lado de Ferreira Gullar, Franklin de Oliveira e Josué Montello, o senador Sarney contribuiu para consolidar a posição do Maranhão como “celeiro de intelectuais”.

João Alberto fez um relato sobre a carreira política de Sarney, iniciada aos 22 anos, na década de 50, como deputado federal. Depois de exercer o mandato por várias legislaturas, em 1965 Sarney elege-se governador do Maranhão, sendo na época o governador mais jovem do Brasil.

— José Sarney havia sido da Bossa Nova da UDN, que defendia po-



João Alberto: homenagem para lembrar o aniversário de Sarney

sições firmes em defesa da participação popular no processo político, das liberdades públicas, do desenvolvimento do Brasil.

João Alberto lembrou que o regime militar, iniciado em 1964, concedeu aos governadores o poder de usarem os atos institucionais “para perseguir seus adversários”, ressaltando que o então governador maranhense “foi o único a não usar, deliberadamente, tais atos institucionais”.

Por ocasião da promulgação do AI-5, acrescentou, Sarney foi à televisão e anunciou o seu desacordo com aquele instituto jurídico de exceção. Segundo João Alberto, o estado do Maranhão experimentou a maior fase de desenvolvimento, “em todos os campos”, no período em que foi governado por José Sarney.

Senado terá convênio com o Congresso dos EUA

Aperfeiçoamento do trabalho das duas Casas, com troca de informações sobre o funcionamento das consultorias legislativas, é o objetivo da cooperação técnica a ser firmada com o Parlamento norte-americano

O diretor-geral do Senado Federal, Agaciel da Silva Maia, encontrou-se, na manhã de ontem, com os consultores do Congresso dos Estados Unidos Maurice Perkins, Damin Lara, Kenneth Nealy e Jennifer Park, para discutir o estabelecimento de um convênio de cooperação técnica entre as duas Casas legislativas. Na reunião, também estiveram presentes três representantes da organização não-governamental Center for Strategic and International Studies (CSIS), que tem sede em Washington e foi responsável pela organização da vinda dos norte-americanos ao Brasil.

Segundo Agaciel, o acordo visa ao aperfeiçoamento do trabalho

do Legislativo de cada país, a partir de uma troca de informações sobre o funcionamento das consultorias do Senado brasileiro e do Congresso norte-americano. No encontro desta quarta, houve um entendimento, inclusive, para se fazer um estudo comparativo do regulamento e do regimento das duas Casas, conforme informou o diretor-geral.

Desde 1995, quando o processo de modernização do Senado foi iniciado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem indicado a Casa como paradigma para o aperfeiçoamento de parlamentos de outros países da América, destacou Agaciel Maia. Daí o interesse norte-americano pelo Legislativo brasileiro.



O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia (C), recebeu consultores do Congresso norte-americano

Célio Azevedo



José Cruz

Sarney (C) ressaltou importância do trabalho realizado pelo ILB

Sarney destaca curso de Processo Legislativo

O presidente do Senado, José Sarney, ressaltou a importância das atividades que vêm sendo desenvolvidas pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) para a estrutura de comunicação e ensino da Casa, destacando a realização, hoje, de curso de Processo Legislativo coordenado por Claudia Lyra Nascimento, secretária-adjunta da Secretaria-Geral da Mesa.

— O ILB tem servido como ponto de reciclagem permanente de conhecimentos, capacitando aqueles que aqui trabalham, e dando uma noção do funcionamento do Senado e da elaboração das leis à população brasileira, para que ela entenda o que é feito nesta Casa: um trabalho diário, contínuo, persistente, e que exige grande dedicação dos senadores e daqueles que os auxiliam, constituindo o apoio logístico do Parlamento. Esse curso que esta-

mos iniciando irá permitir a compreensão sobre as leis e, sobretudo, sobre como elas são elaboradas — disse ele.

Sarney explicou que o objetivo do sistema de comunicação implantado no Senado não é apenas o de divulgar as atividades do Legislativo e esclarecer o povo sobre seu funcionamento e importância para o regime democrático, mas, também, voltar-se para o ensino e propagação de conhecimentos de interesse geral. Por isso, afirmou, ao lado da TV, da rádio, do jornal e da Agência Senado, foram criados a Universidade do Legislativo (Unilegis) e o ILB, que, além de promover cursos e seminários para o pessoal da Casa, têm se dedicado com empenho à educação a distância.

O curso de Processo Legislativo acontece na sala 2 da Ala Nilo Coelho, a partir das 9h30 da manhã.

Paulo Octávio participa da conferência de abertura da Exposição Interlegis

A Exposição Interlegis, que esteve no Senado entre os dias 12 e 21 de março, chegou na terça-feira à Câmara Legislativa do Distrito Federal. A idéia do evento é permitir aos visitantes navegar pelo portal do Interlegis, conhecendo os produtos e serviços do programa, através de computadores ligados em rede.

Durante a cerimônia de abertura, o presidente da Câmara Distrital, Benício Tavares (PTB), e outros 13 deputados distritais participaram de uma videoconferência com o presidente da Subcomissão de Turismo do Senado, Paulo Octávio (PFL-DF), e com o diretor da Coordenação Especial do Programa Interlegis, Paulo Fontenele.



Videoconferências proporcionam discussões sem custo de deslocamentos, diz Paulo Octávio

Na ocasião, Paulo Octávio disse que as videoconferências são eficientes em proporcionar o desen-

volvimento que o Brasil necessita. Com esse sistema, acrescentou, é possível abranger um número cada vez maior de participantes para tratar de assuntos importantes, sem arcar com os custos de deslocamento.

Animado com as possibilidades desse tipo de tecnologia, o senador propôs a realização de uma videoconferência reunindo o maior número possível de assembleias legislativas para debater matérias relativas à área de turismo que estão tramitando em cada uma daquelas Casas estaduais.

— Isto é o que o presidente Lula espera dos legislativos para gerar 1,2 milhão de empregos previstos por ele para o setor de turismo — finalizou o senador.

Célio Azevedo

BID pode apoiar trabalho de educação a distância

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, o diretor-executivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Martus Tavares, ex-ministro do Planejamento no governo Fernando Henrique Cardoso. Segundo o visitante, um dos assuntos tratados foi a possibilidade de apoio do banco à ampliação do

Interlegis, a comunidade virtual do Poder Legislativo.

— O BID tem um interesse muito grande em financiar instituições, dando-lhes meios de atender às necessidades do cidadão, como já faz o Interlegis, fornecendo informações e criando condições para a consolidação da cidadania. Isso é muito bom e é uma área que o BID tem como prioritária — afirmou Tavares.



Martus Tavares, diretor-executivo do BID, foi recebido ontem por José Sarney

José Cruz

Juízes e promotores contra fim do exame criminológico

Subcomissão de Segurança Pública debate projeto do Executivo que modifica a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal

Os debatedores da audiência pública da Subcomissão Permanente de Segurança Pública sobre o projeto de lei que altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal posicionaram-se, ontem à noite, contra a supressão do exame criminológico como subsídio para que o Poder Judiciário possa conceder benefícios aos detentos. A votação estava prevista para ontem, mas foi transferida para segunda-feira, após a ordem do dia do Plenário. Como explicou o presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), a vinda do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao Plenário, hoje, pode fornecer novos dados aos integrantes da subcomissão.

O presidente do Conselho Nacional de Procuradores de Justiça do Brasil, Nedens Ulisses Freire Vieira, disse que o exame criminológico é "instrumento indispensável para a aferição da periculosidade e individualização da pena".

Ele lembrou que o exame é feito por um grupo multidisciplinar – composto, usualmente, por psicólogo, psiquiatra, assistente so-



Convidados na audiência pública: exame criminológico é considerado instrumento indispensável para aferir a periculosidade do preso

cial e o diretor do presídio.

O promotor de Justiça André Estevão Ubaldino afirmou que a supressão do exame criminológico seria "um retrocesso perigosíssimo", com o que concordou Gilvan Alves Franco, promotor por oito anos da Vara de Execuções Criminais de Belo Horizonte (MG). O juiz da Vara de Execuções Criminais do Distrito Federal, Eduardo Henrique Rosas, defendeu a utilização da videoconferência como forma de se agilizar a tomada de oitivas dos presos.

O relator da comissão, Demostenes Torres (PFL-GO), lembrou que todo cidadão que entra na cadeia sai pior e relatou que, em

2000, a reincidência no crime dos egressos dos presídios goianos foi de 70%, mesmo índice do Canadá, embora aquele país gastasse quase vinte vezes mais por preso do que Goiás. Serys Shhessarenko (PT-MT) afirmou que o exame criminológico não pode ser aperfeiçoado e deve ser substituído. César Borges (PFL-BA) observou que o sistema judiciário falha ao não ter um acompanhamento permanente dos detentos. Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) questionou se o exame criminológico não seria muito subjetivo, mas o juiz Nedens Vieira lembrou que a avaliação pelo diretor do presídio também é subjetiva.

Tuma defende volta do somatório das penas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a aprovação de projeto de lei de sua autoria que obriga o detento ao cumprimento do somatório das penas dos crimes pelos quais foi condenado, até o limite de 48 anos. A proposta, acredita o parlamentar, também "bloqueia válvulas de escape existentes na prescrição e estabelece novas regras para obtenção de liberdade condicional nos casos de crime doloso cometido com violência ou grave ameaça à pessoa".

– Faço um apelo no sentido da aprovação do PLC 67/2002 com a máxima urgência. Tenho dedicado a maior parte de minha existência ao fortalecimento da segurança pública por entendê-la, quando combinada com educação, saúde, justiça, liberdade dos cidadãos e garantia dos direitos individuais e coletivos, como um dos princípios



Pelo projeto de Tuma, juiz será obrigado a declarar tempo mínimo de cumprimento de pena

que alicerçam o Estado moderno. Sem ela, todos os demais valores perecem – afirmou o senador, ao finalizar seu discurso.

Romeu Tuma explicou que seu projeto "determina o retorno ao princípio de somatório das penas", introduzindo a obrigatoriedade de o juiz, no momento da condenação, declarar o tempo mínimo de cumprimento da pena para que o condenado possa requerer liber-

dade condicional.

– Nas condenações superiores a 30 anos, o tempo mínimo de prova será de 20 anos. Não poderá, porém, ultrapassar dois terços da pena ou o limite de 48 anos – acrescentou.

O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu parecer favorável do relator, o ex-senador José Fogaça, que considerou as sugestões "criativas e juridicamente corretas".

Para o parlamentar, o mais grave aspecto da violência no país é a "impunidade incentivadora", vinculada aos artigos do Código Penal relativos aos limites para permanência dos delinquentes violentos na cadeia "e que lhes proporcionam absurdas benesses nas regras de prescrição dos delitos e de liberdade condicional".

Demostenes vê equívoco na crítica de Lula ao Judiciário

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) classificou como "um equívoco" a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o Judiciário brasileiro seria "uma autêntica caixa-preta". Para ele, a afirmação de Lula, em recente reunião sobre o combate ao crime organizado, ocorrida em Vitória (ES), abre caminho para um enfrentamento desnecessário entre o Executivo e o Judiciário.

– O Judiciário exige respeito – disse o senador, acrescentando que esse Poder "trabalha bem, dentro das limitações que a legislação impõe, não sendo, portanto, nenhuma caixa-preta".

Demostenes concordou com o presidente quanto à necessidade de que o Judiciário tenha um controle externo, com o objetivo de fiscalizar supostos abusos cometidos por magistrados e não apurados pela corregedoria. Mas alertou que esse controle jamais poderia interferir no trabalho dos juízes.

Para o senador, o controle externo do Judiciário deveria ser exercido por um conselho constituído de promotores, juízes, advogados, clero e representantes da sociedade civil. Ele entende que esse controle deveria ser feito não somente no Judiciário, mas em instituições



Demostenes Torres diz que o Judiciário exige respeito e não é uma caixa-preta

como o Ministério Público e as polícias civil e militar.

Demostenes Torres, que é membro da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para propor medidas de combate à criminalidade, também concordou com o presidente Lula quanto à necessidade de os advogados serem revistados (passarem por um equipamento de raios X) na entrada de presídios.

– Não é só advogado que tem de ser revistado nas portas dos presídios. A determinação deve ser estendida a juízes, promotores, deputados, senadores e até ao presidente da República, porque cadeia não é lugar para passeio. Quem vai lá tem que ser submetido às regras impostas, sem exceção – completou.

Senador propõe mudança no inquérito

Com relação à morosidade da Justiça, Demostenes Torres atribuiu o problema à burocracia, que, a seu ver, só será solucionada com a reforma do Judiciário. Ele entende que a saída para que a Justiça ganhe agilidade deve começar pelo inquérito policial.

Para Demostenes, o promotor, "em vez de ficar sentado em seu gabinete", deve trabalhar junto com o delegado com a finalidade de melhorar o inquérito policial, dando, assim, maior embasamento jurídico ao processo a ser examinado posteriormente pelo juiz.

Tal procedimento, na visão do senador, ajudaria a colocar um fim na desconfiança que a maioria dos juízes tem diante do trabalho executado pela autoridade policial. Somente dessa maneira, observou, um processo que demora três, quatro ou cinco anos para ser julgado teria condições de ser examinado em até cinco meses pelo Judiciário, já que

o juiz passaria a receber os procedimentos só para julgamento.

Esse, no seu entender, é o caminho para que a Justiça ganhe agilidade. Ele também defende algumas prerrogativas para o promotor, como o deferimento do mandado de busca e apreensão, inclusive por telefone, e deferimento de prisão temporária, como forma de dar maior celeridade às investigações.

Demostenes também aplaudiu a aprovação, pelo Senado, do projeto do senador José Sarney que amplia de 30 para 40 anos o prazo máximo de cumprimento das penas. Ele ainda defendeu a redução da maioria penal de 18 para 16 anos.

Quanto ao ingresso das Forças Armadas no combate à criminalidade, o senador entende que elas têm que cumprir os dispositivos constitucionais, mas devem ser chamadas a colaborar em algumas situações, como vigilância de autoridades, de fronteira e de estradas.